

ENTRE AS VIRTUDES E OS VALORES

*Margarida I. Almeida Amoedo**

Resumo: Neste breve artigo, em que se mantém o recurso à primeira pessoa do singular, a alguns apartes e a outras marcas de oralidade da sua prévia exposição pública, são defendidas duas ideias principais: 1) entre os valores e as virtudes, a experiência de preferência é fundamental e é passível de aperfeiçoamento; 2) uma autêntica cidadania, global e inclusiva, requer a formação de pessoas, sujeitos de preferências bem fundadas e eticamente responsáveis.

Abstract: In this brief article, which maintains the use of first person singular, a few asides and other marks of orality for its previous public disclosure, are advocated two main ideas: 1) between the values and virtues, the experience of preference is fundamental and is capable of improvement, 2) an authentic citizenship, global and inclusive, requires the formation of persons, whose preferences must be well-founded and ethically responsible.

1. Introdução

Irei procurar obedecer ao tema que me foi proposto e que com imenso prazer, embora não sem algumas dificuldades, aceitei: *entre as virtudes e os valores*. Todos sabemos de cor a definição breve de **virtudes** como disposições estáveis para agir

* Professora Associada - Departamento de Filosofia da Universidade de Évora; Investigadora - Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

bem, para agir com equilíbrio (nem excesso, nem defeito, mas justo meio) e correcção ética. E também somos capazes de escapar à habitual confusão entre virtudes e **valores**, por sabermos que estes são as qualidades especiais, umas a realizar (os valores positivos e, nomeadamente, os éticos), outras a descartar (os valores negativos) na nossa vida, que queremos seja virtuosa. Portanto, detectamos desde logo a possibilidade de distinguir entre a identificação de valores e a firmeza de carácter para procurar concretizar uns e demarcarmo-nos de outros e isso permite interrogarmo-nos sobre o que há “entre as virtudes e os valores”, indo de uma perspectiva mais estritamente ética para o plano axiológico, ou vice-versa, perguntando o que há “entre os valores e as virtudes”. Dado que dispomos de muitos estudos que definem o ser humano pela sua acção¹ e são menos os que definem a acção humana ou conduta pelos valores ou que, sequer, relacionam aquela com estes, irei defender, em poucas páginas, que do mesmo modo que não é possível caracterizar o ser humano sem nos referirmos ao seu agir, este agir não pode entender-se na sua riqueza e pluralidade sem nos referirmos aos valores que o orientam em cada caso e que nele se concretizam. Chegamos a esta concepção apenas se repararmos e entendermos que o potencial de todos os valores (seja de atracção, no caso dos positivos, seja, pelo contrário, de repulsa, no caso dos negativos) opera, para além de no plano imediato da ruptura quase espontânea da indiferença, em planos de uma consideração intencional dos bens e das suas qualidades valorativas, em que a vontade tem uma participação importante e intimamente ligada à competência de inteligibilidade do sujeito enquanto agente de uma *praxis* propriamente axiológica.

¹ Cf., a título de exemplo, o denominador comum das 404 páginas do seguinte livro: McLEAN, George F.; ELLROD, F. E.; *et al.* (eds.) – *Act and Agent; Philosophical Foundations for Moral Education and Character Development*. Lanham - New York - London: The Council for Research in Values and Philosophy / University Press of America, 1986.

Se há actos a que não subjaz um propósito consciente de realização de determinado(s) valor(es) e que, portanto, não são integrantes dessa *praxis axiológica*, todo o agir, que se distingue como exclusivo humano, tem finalidades a que não são estranhas vivências de valores ou valorativas. A recorrência deste facto não diminui a sua grandeza, antes nos convida a adoptar nas nossas reflexões, como propõe Grünberg, uma perspectiva “axiocêntrica”². Com ele, parece-me acertado sublinhar que o “valor é o eixo das acções e o seu nervo” e que “uma acção é verdadeiramente humana devido à sua carga axiológica”, ao ponto de não se poder tratar o ser humano exclusivamente como *homo faber* ou *homo cogitans*: “o ser humano sabe, age e empresta um novo significado aos objectos de conhecimento e aos de acção, na sua qualidade de (...) *homo aestimans*”³.

Ainda que seja difícil ser imune à actual perda de confiança na capacidade da razão para conhecer a realidade⁴, entrevejo numa reflexão sobre o **núcleo axiológico do vivido** (isto é, sobre a **vivência axiológica** ou **vivência de preferência**, em sentido “técnico”, já liberto da marca de privacidade que levou Kant a distinguir entre *preferências* e *gosto*), não apenas o lugar da relação entre os valores e as virtudes, mas também um apoio irrecusável para uma meditação escoreita sobre as experiências contemporâneas de crise. Esta meditação não dispensa, pois, antes pressupõe, ter presente que aquela perda de confiança na razão leva demasiadas pessoas a considerarem indesejado o termo “verdade” e a associarem-no a arrogância e a fundamentalismo. No entanto, como será óbvio, eu não subscrevo estas implicações daquele cepticismo.

² Cf. GRÜNBERG, Ludwig – *The Mystery of Values. Studies in Axiology*. Ed. by Cornelia Grünberg & Laura Grünberg, Amsterdam – Atlanta: Rodopi, 2000, p. 60, pp. 89-90 e pp. 107 e ss.

³ *Ibid.*, p. 110.

⁴ Trata-se da perda de confiança na razão inspirada, quer por dúvidas sobre a possibilidade de chegarmos ao conhecimento das coisas tal como são em si mesmas, quer por uma convicção desiludida de que as nossas mediações cognitivas e interpretações são sempre culturalmente marcadas. 3

2. Complexidade e graus de aperfeiçoamento da experiência de preferência

Comecemos, então, por perguntar o que torna tão decisivo o contínuo exercício humano de captar valores e exprimir preferências. Se ser humano fosse uma pura abstracção, uma tal pergunta pouco fruto daria. Contudo, atendendo às mulheres e aos homens concretos que, nas trajectórias finitas da sua existência, são sujeitos de vivências problemáticas, implacáveis até na exigência de produção de ideias e de tomada de posições, o reconhecimento do que há de valorativo nessas vivências e a conversão da própria preferência em objecto de reflexão ganham o relevo de ponto de partida de uma abordagem promissora.

Com esse propósito, em termos de densidade e consistência, nenhum autor se me afigura superior a Louis Lavelle ao elaborar o que designa por *ontologia da preferência*.⁵ Na sua análise, o filósofo francês demonstra, com particular agudeza, como é viável que diferentes indivíduos (desde que procurem encontrar-se num plano de “espiritualidade essencial”, e não de “universalidade abstracta”) sintam necessidade e possibilidades de, em vez de se combaterem, sustentarem as suas perspectivas valorativas particulares.⁶ Primeiro, em face de nós próprios e, depois, exprimindo-o aos outros, a preferência, quando é sistematicamente interrogada nas opções que lhe são subjacentes, fortalece-se mais e mais: a atenção exclusiva com o imediatamente preferido cede lugar à atenção ao preferível, passamos a sentir-nos capazes de afirmar acima de tudo o que reconhecemos como preferência fundamental e assumimos a obrigação de justificar a cada passo o que preferimos.

⁵ Cf. LAVELLE, Louis – *Traité des valeurs*. Tomo I, 2ª ed., Paris: Presses Universitaires de France, 1991, pp.484-509.

⁶ Cf. *ibid.*, p. 500.

Sendo certo que toda a preferência radica num ser finito, cuja apreciação introduz no mundo uma “parcialidade”, em virtude da qual se “rompe a uniformidade do ser” e se cria uma desigualdade entre as coisas perante um eu⁷, não é menos certo que este, na busca da sua preferência mais profunda, vai transcendendo o ser próprio enquanto apenas dado e força-se a autojustificar-se em ligação ao universo inteiro em que se inscreve⁸.

É desde logo nas nossas relações com os outros que a preferência (já liberta de particularismos) “se manifesta da forma mais impressionante”, não só nas relações privilegiadas em que acreditamos haver um espaço de expressão mais adequada da vocação individual, mas em todas as relações potencialmente pessoais, devido ao carácter absoluto e inimitável que associamos à consciência individual de cada outro.⁹

Ao longo do aprofundamento da preferência, há um refinar da vontade, que se vai tornando capaz de reconhecer que “todas as coisas e todos os seres do mundo”, revestidos de “um valor que lhes é próprio”, são “queridos por nós [ainda que diferentemente, consoante o seu nível de valor], de modo a que possam contribuir connosco” para a produção de um mundo mais valioso.¹⁰ Entrevê-se aqui uma inevitável colaboração e responsabilidade que não é soterrada pelo constante perscrutar filosófico do todo do Ser e do Valor.

Com efeito, o ser humano, apesar de a sua consciência ser finita e individual, se for verdadeiramente senhor das suas preferências, sabendo-se sujeito destas, por um lado, e parte do todo, por outro, estará à altura de responder à solicitação de “consentimento” e de “cooperação” que é latente em qualquer vivência axiológica.¹¹

⁷ Cf. *ibid.*, pp. 487-488.

⁸ Cf. *ibid.*, p. 490.

⁹ Cf. *ibid.*, pp. 494-495.

¹⁰ Cf. *ibid.*, p. 498.

¹¹ Cf. *ibid.*, pp. 504-505.

A partir de Lavelle, portanto, temos suporte teórico para a distinção entre um preferir básico – vivido por alguém que pode não considerar indispensável reflectir sobre a sua experiência axiológica – e a preferência convertida em vivência propriamente humana, de sujeitos que, rompendo com a ingenuidade mesmo nas decisões vulgares, ponderam o que vale mais, o que é preferível, pois tomam a sua experiência axiológica como objecto de reflexão.

É a esta última, tornada preferência fundada e esclarecida, que me referirei então, doravante, por ser aquela que, quer relativa a níveis axiológicos rudimentares (valores práticos e valores hedonísticos), quer relativa a âmbitos de valores elevados (estéticos, noéticos, éticos, religiosos), é merecedora de cuidados formativos e de nos identificar como *homo aestimans*.

3. Experiência de valores e cidadania

Tendo já assente a importância da preferência como reduto vivencial onde ocorre aperfeiçoamento humano, aperfeiçoamento designadamente da consciência valorativa, pela qual seres concretos e finitos se abrem ao que os transcende e tomam posições responsáveis, pensemos, agora, com um intuito de aplicação, como uma preferência bem fundada é imprescindível para a tão propalada cidadania.

Admitamos, todavia, que o que se entende por *cidadão* e o vínculo que se pressupõe que este tenha com *valores* carecem de alguma clarificação e de um aprofundamento prático na vida quotidiana, qualquer que seja a situação em que nos encontremos.

Eis um aspecto que considero fundamental: se, por um lado, cada um de nós, na qualidade de cidadão, tem de assumir direitos e deveres comuns, em virtude dessa

qualidade de que é co-partícipe – o cidadão é concidadão –, por outro lado, no seu agir tem de assumir tais direitos e deveres de uma forma inconfundível, segundo a pessoa que é.

Como já sustentei noutras ocasiões¹², a nossa edificação como pessoas passa forçosamente pelo nosso desempenho, nos múltiplos contextos da vida comunitária, como cidadãos, contudo parece-me incorrecto que cada um seja reduzido ao seu estatuto de cidadão, apesar de este ser muitíssimo nobre. Dito de outro modo, ser cidadão é indispensável ao ser pessoa, no entanto, a pessoa que se é excede sempre o que dela se pode e deve traduzir em termos de cidadania, dependendo esta última da riqueza desse fundo de que emana. A menos que nos encaminhemos para uma compreensão menos vulgar e a categoria de *cidadão* passe a revestir-se (esta é a minha sugestão) de uma dimensão ética muito superior e praticamente coincidente com a que define *pessoa humana*, tanto nas suas manifestações individuais e sócio-políticas, como no seu mistério mais profundo.

Um tal caminho, para além de reconhecer a superioridade da ordem ética, esbate certas fronteiras artificiais entre esfera pública e esfera privada, colocando no centro de ambas a experiência de vida pessoal e, em particular, as vivências axiológicas que a singularizam.

Na situação actual do mundo, começa a ser frequente a chamada de atenção para a necessidade imperiosa de uma **cidadania**, não apenas global (em termos de escala), mas **inclusiva** (de todas as classes, etnias, minorias...). O que talvez não seja ainda assumido com radicalidade é que esta cidadania tem requisitos muito mais exigentes: não basta aprender quais são os direitos e deveres a cumprir “perante a sociedade”, porque se trata de uma cidadania que implica deveres perante cada outra

¹² Cf., ex., «Formação para Cidadania: com os olhos postos na Pessoa que sobreleva no Cidadão», *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, Lisboa, vol. 156 (2003), 23-32. 7

pessoa e perante si mesmo como pessoa (irredutível a mero indivíduo, quantificável, um entre outros quaisquer, com tradução estatística); não basta ser alfabetizado e poder votar, porque essa cidadania inclusiva tem como condição o difícil e infundável aperfeiçoamento ético.

A relevância da educação nos e para os valores éticos é, portanto, óbvia, embora a complexidade da construção da pessoa como sujeito ético e a insuficiência das teorias éticas perante as mutações aceleradas, que hoje em dia surpreendem até os mais previdentes, não a facilitem. Apesar disso, a formação ética mostra-se indispensável na edificação do cidadão capaz de se posicionar na sociedade cosmopolita. Mesmo continuando a ser preciso reclamar políticas e sistemas jurídicos que garantam a participação cívica de cada um de nós no contexto nacional a que pertencemos, é ainda mais preciso que compreendamos a abrangência da comunidade humana que é global, não em função de uma leitura econômica, mas de uma antropologia e de uma axiologia que só se satisfarão, parece-me, com uma cidadania ética.

4. Remate

Dado que a concepção dos vínculos jurídico-políticos do cidadão a um determinado Estado nacional já não se coaduna com a mundividência contemporânea em que o ser humano preza como nunca a sua liberdade e a sua dignidade, acima dos usos e costumes que as morais sociais consagram, não será porventura, nem contraditório, nem excessivo preconizar uma cidadania ética. Alargados os limites dos contextos em que somos chamados a intervir com uma Responsabilidade total, tornando a Equidade inseparável da Bondade, o plano político da nossa intervenção e

o sistema jurídico que o enquadra têm de se submeter inequivocamente a critérios éticos e é a pessoa, com as suas atitudes e gestos eticamente positivos, o que tem de prevalecer no cidadão.

Em suma, num momento em que a falência (literal) de determinados esquemas económicos e financeiros engrossa a voz em favor de novos paradigmas organizacionais e de desenvolvimento à altura do respeito pelos direitos humanos, quiçá esteja aberta a passagem decisiva para a conjugação entre Justiça e Bondade que eu associo ao que chamo *cidadania ética* e que subjaz, parece-me, em todas as preocupações da Bioética em salvaguardar, sistematicamente, a dignidade humana, através da realização, acima de tudo, do valor da Responsabilidade e do cultivo da virtude da prudência.

Referências bibliográficas

AMOEDO, M. I. A. – "Formação para Cidadania: com os olhos postos na Pessoa que sobreleva no Cidadão», *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, Lisboa, vol. 156 (2003), 23-32.

ARAÚJO, Luís de – *A Ética como Pensar Fundamental*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

GRÜNBERG, Ludwig – *The Mystery of Values. Studies in Axiology*. Ed. by Cornelia Grünberg & Laura Grünberg, Amsterdam – Atlanta: Rodopi, 2000.

HUSSERL, Edmund – *La crise de l'humanité européenne et la philosophie*. Trad. do Alemão por Paul Ricoeur, ed. bilingue, Paris: Aubier Montaigne, 1977.

KUTSCHERA, Franz von – «Experiencia axiológica», in *Fundamentos de Ética*. Trad. do Alemão por M. Teresa Hernán-Pérez, Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, pp. 216-277.

LAVELLE, Louis – *Traité des valeurs*. 2 Tomos, 2ªed., Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

McLEAN, George F.; ELLROD, F. E.; *et al.* (eds.) – *Act and Agent; Philosophical Foundations for Moral Education and Character Development*. Lanham - New York - London: The Council for Research in Values and Philosophy / University Press of America, 1986.

ORTEGA Y GASSET, José – «Introducción a una estimativa. – ¿Qué son los valores?», in *Obras Completas*. Tomo III, Madrid: Taurus. F. J. O. G. , 2005, pp. 531-549.

RUYER, Raymond – *Le monde des valeurs: études systématiques*, Paris: Aubier-Éditions Montaigne, 1948 (Col. «Philosophie de l'Esprit»).

SCHELER, Max – *Le formalisme en éthique et l'éthique materiale des valeurs. Essai nouveau pour fonder un personnalisme éthique*. 7ème édition, trad. do Alemão por M. de Gandillac, Paris: Gallimard, 1955 («Bibliothèque de Philosophie»).

— *La situation de l'homme dans le monde*. Trad. do Alemão por M. Dupuy, Paris: Aubier-Éditions Montaigne [1979 ?].

URBAN, Wilbur M. – *Valor y existencia*. Trad. de Pedro Lomba-Ricardo Parellada, Madrid: Facultad de Filosofía de la Universidad Complutense, 1995 («excerpta philosophica» – 12).